

Notícias da Justiça e do Direito desta segunda

O jornal **O Globo** dá continuidade a série de reportagens sobre os 40 anos do AI-5. E a reportagem desta segunda-feira (8/12) tem o título: “STF endossou ato de Costa e Silva”. A reportagem fala como foi a trama para pedir a cassação do deputado Márcio Moreira Alves, que fazia discursos efervescentes contra os militares à época. O autor principal da peça foi o ministro Aliomar Baleeiro, que foi nomeado junto com outros quatro ministros, ampliando de 11 para 16 o número de assentos da Alta Corte brasileira. Ele tinha nas mãos o poder de arquivar o pedido contra o deputado. Mas fez diferente. Assinou o despacho que cassou o deputado. Assim, endossou a pretensão do governo Costa e Silva de dobrar a Câmara dos Deputados.

CPI dos Grampos

O Estado de S. Paulo, desta segunda-feira, traz uma entrevista com o relator da CPI dos Grampos, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). Ele afirma não saber se o diretor afastado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, mentiram ou omitiram informações ao prestarem depoimentos. Pellegrino assegura que fará um relatório “morno”, sem propor o indiciamento de ninguém.

Reserva indígena

O Estado também informa que há um decreto à espera da assinatura do presidente Lula que criará restrições para a entrada de pesquisadores, missionários e organizações não-governamentais em terras indígenas. O texto obriga que eles submetam seus projetos para uma análise do Ministério da Justiça. E se a reserva estiver próxima a faixa de fronteira ou na Amazônia Legal, a autorização dependerá ainda da avaliação do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional.

Governador cassado

O Tribunal Superior Eleitoral recebeu, na noite de sexta-feira (5/12), sete recursos relacionados à cassação do mandato do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), e de seu vice, José Lacerda Neto (DEM), no dia 20 de novembro. É o que informa **O Estado de S. Paulo**. Os recursos foram apresentados pelo governador, pelo vice, pelo PSDB, pelo DEM, pelo PSOL, pelo PCB e por Gilmar Aureliano, ex-presidente da Fundação Ação Comunitária, entidade de assistência social da Paraíba. Cunha Lima e Lacerda foram cassados por abuso de poder econômico e político na campanha de 2006. Eles negam ter cometido irregularidades.

Emendas a projetos

Segundo **O Estado de S. Paulo**, termina na quinta-feira (11/12) o prazo para os senadores emendarem o projeto de lei que substituiu a Medida Provisória que anistia entidades filantrópicas investigadas por suspeita de fraude. Em uma iniciativa do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o

projeto foi encaminhado na quarta-feira às Comissões de Assuntos Econômico (CAE) e de Assuntos Sociais, a qual caberá examiná-lo em regime terminativo. Ou seja, a proposta não precisa ser submetida ao plenário. A Medida Provisória foi criticada pela oposição e atacada por governistas, o que fez o governo recuar.

Campanha cara

A juíza da 1ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, no ABC, Fabiana Vargas, aprovou as contas de campanha do prefeito eleito da cidade, Luiz Marinho (PT). As informações são de **O Estado de S. Paulo**. O petista fez uma das campanhas mais caras do país, com R\$ 11,1 milhões declarados, o que significa que Marinho gastou R\$ 47 por voto recebido. O prefeito Gilberto Kassab (DEM), por exemplo, gastou R\$ 7,3 por voto. Os maiores patrocinadores da campanha do petista foram a Petroquímica União, que entrou com R\$ 800 mil, e o Diretor Nacional do PT, com quantia semelhante.

Balanço

2008 foi um ano de reafirmação para Supremo Tribunal Federal. Essa é a avaliação do constitucionalista e professor Luis Roberto Barroso em entrevista ao **Jornal do Commercio**. Para ele, o STF se manifestou sobre questões transcendentais e, na maior parte dos casos, proferiu decisões que representaram avanço profundo no campo do Direito Constitucional.

Operação Satiagraha

A **Gazeta Mercantil** informa que o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, divulgou na sexta-feira (5/12) uma representação enviada ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, na qual requer que sejam tomadas as medidas cabíveis, a fim de que se esclareçam trechos de informações constantes na sentença condenatória do banqueiro Daniel Dantas.

Precatórios

Uma reportagem do **Valor Econômico** revela que advogados ainda consideram arriscado embarcar em compromissos de longo prazo com os Estados e municípios. Segundo o advogado Gustavo Viseu, sócio do Viseu, Cunha, Oricchi Advogados, e membro da comissão de precatórios da seccional paulista da OAB, a orientação dada aos seus clientes é não celebrar acordos para pagamentos parcelados com governos.

Bate e rebate

Protógenes Queiroz negou a acusação feita por Hugo Chicaroni de que ele tenha coagido ou feito uma armação contra ele. Segundo o delegado, Chicaroni quer reventar fatos já confirmados nas apurações e amplamente debatidos na investigação criminal, e que foram amplamente analisados na sentença do juiz De Sanctis, afirmou para **Folha de S. Paulo**.

Raposa/Serra do Sol

Ministros do STF disseram a **Folha de S. Paulo** que, ao final do julgamento da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, deverá prevalecer uma proposta intermediária, com uma relativa



manutenção da área homologada em 2005, mas que contempla reivindicações do governo de Roraima. O governo diz ter perdido terras estaduais para a União e afirma depender economicamente da produção de arroz existente dentro da reserva.

Autores: Redação Conjur